XVIII ENCONTRO NACIONAL DE CONFORTO NO AMBIENTE CONSTRUÍDO
XIV ENCONTRO LATINO-AMERICANO DE CONFORTO NO AMBIENTE CONSTRUÍDO
AMBIENTE CONSTRUÍDO E USUÁRIO: PERSPECTIVAS LATINO-AMERICANAS

Desafios e Soluções de Acessibilidade em Edifícios Tombados: um estudo comparativo entre a Casa de Dona Yayá (SP) e o Museu Théo Brandão (AL)

Desafíos y Soluciones de Accesibilidad en Edificios Patrimoniales: Un Estudio Comparativo entre la Casa de Doña Yayá (SP) y el Museo Théo Brandão (AL)

Challenges and Solutions for Accessibility in Listed Buildings: A Comparative Study between Dona Yayá House (SP) and Théo Brandão Museum (AL)

Conforto Ergonômico e Qualidade Ambiental
Confort Ergonómico y Calidad Ambiental
Ergonomic Comfort and Environmental Quality

Lima, Eduardo Gasparelo
Mestre, FAU-USP, São Paulo, Brasil, eduardo.gasparelo.lima@usp.br

Gomes, André Luís Cavalcante
Estudante de graduação, Instituto Federal de Alagoas, Maceió, Brasil, gomes.alc@gmail.com

Coutinho, Laís de Gusmão
Mestre, FAU-USP, São Paulo, Brasil, lais.gusmao@usp.br

Shimomura, Alessandra Rodrigues Prata
Professora Doutora, FAU-USP, São Paulo, Brasil, arprata@usp.br

Teles, Valéria Rodrigues
Professora Mestre, Instituto Federal de Alagoas, Maceió, Brasil, valeria.teles@ifal.edu.br

Resumo

Apesar da complexa relação entre soluções de acessibilidade e os princípios de preservação patrimonial em edifícios tombados, ambos os conceitos visam garantir o acesso universal aos bens culturais e históricos, conforme a Constituição Brasileira. Este estudo tem como objetivo analisar e comparar os desafios e soluções de acessibilidade em dois edifícios tombados que abrigam espaços culturais públicos: a Casa de Dona Yayá (SP) e o Museu Théo Brandão (AL). A metodologia incluiu levantamento teórico e avaliação em campo com base em *checklists* adaptados pelos autores e pertinentes ao tema. Os resultados revelaram que, embora as instituições tenham implementado medidas de acessibilidade ainda persistem barreiras físicas e de sinalização que limitam a plena inclusão de pessoas com deficiência. O estudo contribui para a discussão sobre a conciliação entre preservação patrimonial e acessibilidade, destacando a necessidade de soluções reversíveis e compatíveis com a identidade histórica dos edifícios.

Palavras-chave: Acessibilidade. NBR 9050. Edifício tombado. Patrimônio histórico. Adaptação arquitetônica.

Resumen

A pesar de la compleja relación entre las soluciones de accesibilidad y los principios de preservación patrimonial en edificios protegidos, ambos conceptos buscan garantizar el acceso universal a los bienes culturales e históricos, conforme a la Constitución Brasileña. Este estudio busca analizar y comparar los desafíos y soluciones de accesibilidad en dos edificios protegidos que albergan espacios culturales públicos: la Casa de Doña Yayá (SP) y el Museo Théo Brandão (AL). La metodología incluyó una revisión teórica y una evaluación en campo basada en listas de verificación adaptadas por los autores y pertinentes al tema. Los resultados revelaron que, aunque las instituciones implementaron medidas de accesibilidad, persisten barreras físicas y de señalización que limitan la inclusión plena de personas con discapacidad. El estudio contribuye a la discusión sobre la conciliación entre preservación patrimonial y accesibilidad, destacando la necesidad de soluciones reversibles y compatibles con la identidad histórica de los edificios.

Palabras clave: Accesibilidad. ABNT NBR 9050. Edificio protegido. Patrimonio histórico. Adaptación arquitectónica.

Abstract

Despite the complex relationship between accessibility solutions and heritage preservation principles in listed buildings, both concepts aim to ensure universal access to cultural and historical assets, as stated in the Brazilian Constitution. This study aims to analyze and compare the challenges and accessibility solutions in two listed buildings housing public cultural spaces: the Dona Yayá House (SP) and the Théo Brandão Museum (AL). The methodology included theoretical research and field assessment based on checklists adapted by the authors and relevant to the theme. The results revealed that, although the institutions have implemented accessibility measures, physical and signage barriers persist, limiting the full inclusion of people with disabilities. The study contributes to the discussion about reconciling heritage preservation with accessibility, emphasizing the need for reversible solutions that are compatible with the historical identity of the buildings.

Keywords: Accessibility. ABNT NBR 9050:24. Listed building. Historical heritage. Architectural adaptation.

Introdução

O feriado de 7 de setembro de 2022 marcou a reabertura do Museu do Ipiranga após nove anos fechado para obras de restauração e modernização. O projeto, desenvolvido pelo escritório H+F, priorizou a preservação do caráter histórico do Edifício-Monumento, buscando "revelar de maneira nova o que já estava lá, por meio de articulações, disposições espaciais e percursos que as intervenções discretamente propiciam" (H+F, 202?). As alterações focaram na acessibilidade e, durante o processo, o museu consultou profissionais especializados para avaliar e aprimorar o projeto, garantindo que as soluções adotadas atendessem às necessidades de todos os públicos (BARROS, 2022). Essas medidas foram tão eficazes que o Museu Paulista recebeu o Selo de Acessibilidade Arquitetônica, concedido pela Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência, atestando o cumprimento dos requisitos dos Decretos nº 45.552/2004 e nº 58.031/2017 e da Lei nº 15.576/2012. Atualmente, apenas três outras instituições culturais em São Paulo possuem esse selo: o Museu da Língua Portuguesa, a *Japan House* e o Centro Cultural Banco do Brasil.

A preservação do patrimônio cultural tem como objetivo manter a memória histórica sem comprometer a autenticidade dos bens. Uma das principais ferramentas de preservação é o tombamento, regulamentado pelo Decreto-Lei nº 25/1937, que visa proteger bens históricos e artísticos. No Brasil, essa proteção também encontra respaldo no artigo 216 da Constituição Federal de 1988, que reconhece a importância de preservar bens de valor histórico, artístico e cultural. Entretanto, torna-se imperativo que a preservação destes imóveis não implique na exclusão de parcela significativa da população, visto que a acessibilidade é um direito fundamental, garantido por marcos legais como a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2006) e o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015). No Brasil, normas como a ABNT NBR 9050:2020 estabelecem diretrizes para a adaptação de espaços para inclusão de pessoas com deficiência.

A acessibilidade vai além da adaptação física, englobando também o acesso à informação e fruição cultural, de modo a assegurar que todos possam usufruir dos bens patrimoniais sem que eles sejam descaracterizados. Vale ressaltar que a acessibilidade e a conservação não devem ser vistas como conceitos antagônicos, mas sim como elementos complementares, garantindo que a memória histórica e cultural permaneça acessível a todos. Afinal, a preservação de uma edificação só se justifica se ela puder ser apreciada por todos. A Figura 01 apresenta uma linha do tempo que ilustra marcos e eventos significativos nas áreas de acessibilidade (linha azul) e preservação patrimonial (linha rosa).

Figura 01: Linha do tempo sobre acessibilidade e preservação patrimonial.



Fonte: Elaboração nossa, 2025.

Este estudo se insere em um contexto de crescente discussão sobre a importância de conciliar a preservação do patrimônio histórico com a garantia de acessibilidade universal, um desafio que ganha relevância à medida que a sociedade busca promover a inclusão de pessoas com deficiência em espaços culturais. Nesse sentido, torna-se fundamental analisar estratégias que equilibrem as exigências de conservação com a necessidade de tornar esses espaços plenamente acessíveis. O Museu do Ipiranga exemplifica como intervenções cuidadosamente planejadas podem harmonizar esses dois objetivos, demonstrando que a adaptação de edifícios históricos para a acessibilidade não precisa comprometer seu valor patrimonial. No entanto, a implementação de soluções acessíveis em edifícios tombados ainda enfrenta resistências e desafios técnicos.

Objetivo

Este trabalho tem como objetivo principal analisar e comparar as questões de acessibilidade relacionadas aos acessos e às circulações (horizontal e vertical) em dois edifícios tombados que atualmente abrigam espaços culturais públicos vinculados a Instituições de Ensino Superior (IES): um centro de preservação (Casa de Dona Yayá - Centro de Preservação Cultural da Universidade de São Paulo) e um museu (Museu Théo Brandão de Antropologia e Folclore da Universidade Federal do Alagoas). O artigo busca, assim, discutir os desafios e as soluções que conciliam a preservação patrimonial com as exigências de acessibilidade - prática que, embora ainda enfrente resistência por parte dos projetistas devido ao seu alto grau de complexidade, tem ganhado relevância em obras de restauro e modernização de edificações históricas.

Método

O método adotado na pesquisa é estruturado em três etapas principais: (I) levantamento teórico-projetual com base em fontes bibliográficas relevantes; (II) definição da metodologia de avaliação a partir das informações coletadas; e (III) pesquisa de campo para coleta de dados. Como produto final foram confeccionadas fichas-síntese com a informação levantada e um resumo dos dados analisados.

O levantamento teórico-projetual constitui na investigação da literatura especializada sobre acessibilidade e preservação patrimonial. Para tanto, foi realizada uma sondagem em normativas nacionais, legislações vigentes e regulamentações aplicáveis, além da consulta a livros, documentos e publicações acadêmicas. Os históricos dos estudos de caso também foram examinados. A pesquisa analítica contribuiu tanto para o embasamento conceitual quanto para a definição dos aspectos e recomendações projetuais e critérios utilizados na fundamentação da metodologia.

A definição da metodologia de avaliação baseou-se na proposta apresentada por Dischinger *et al.* no manual "*Promovendo acessibilidade espacial nos edifícios públicos"* (2014). As autoras estruturam a avaliação em seis aspectos, separados por tabelas: (I) Áreas de acesso ao edifício; (II) Saguões, salas de recepção e de espera; (III) Circulações horizontais; (IV) Circulações verticais; (V) Sanitários para pessoas com deficiência; e (V) Locais de atividades coletivas. Para este estudo, optou-se por um recorte que abrange os aspectos relacionados aos acessos e às circulações no edifício (horizontal e vertical) e, portanto, foram selecionadas as tabelas I, III e IV.

De forma geral, as tabelas adotam um *checklist avaliativo binário ajustado*, composto por uma série de tópicos cuja avaliação pode ser marcada como *Sim*, quando do cumprimento do item, ou *Não*, quando não é atendido. Há ainda a opção *Não se aplica*, a fim de evitar análises equivocadas de determinados itens irrelevantes ao contexto. Adicionalmente, existe a possibilidade de incluir comentários e observações. Além disso, Dischinger *et al.* ainda relaciona cada um dos critérios com um ou mais componentes de acessibilidade, os quais são elementos necessários para assegurar uma "verdadeira acessibilidade", definida, segundo as autoras, como a "possibilidade tanto de acessar um lugar quanto a participar de atividades, fazendo uso de seus equipamentos de maneira independente" (Dischinger *et al.*, 2004, p. 103). Os componentes de acessibilidade são: (1) Orientação espacial; (2) Comunicação; (3) Deslocamento; e (4) Uso.

Como fonte primária para a definição dos critérios analisados, as autoras consideraram a ABNT NBR 9050 e leis específicas ao Estado de Santa Catarina. Todos os itens foram atualizados com base na edição mais recente desta norma, revisada e publicada em 2020. A atualização também contemplou outras normas relativas à acessibilidade, inseridas na avaliação deste trabalho. Ademais, leis nacionais passaram a ser priorizadas à medida que a metodologia foi aplicada em diferentes estados brasileiros.

Além desses três *checklists*, mais duas fichas foram produzidas para complementar a análise. A primeira delas compreende dados relacionados à **Identidade Patrimonial** do bem tombado, reunindo informações acerca da caracterização do edifício e os elementos a serem conservados. Foram analisadas as soluções arquitetônicas de acessibilidade adotadas frente às questões patrimoniais, com a avaliação de três critérios principais: (1) Compatibilidade com a preservação; (2) Reversibilidade das intervenções; e (3) Eficiência das soluções. A segunda ficha avaliativa contempla **recomendações específicas a edifícios museais e a espaços expositivos**. Para sua elaboração, utilizou-se como base conceitual o manual *Acessibilidade a Museus* de Cohen *et al. (2012*), que orienta boas práticas para assegurar a acessibilidade nesses espaços culturais.

Por fim, a pesquisa de campo envolveu o preenchimento, a partir de observações *in loco*, tanto assistemáticas (ocasionais) quanto sistemáticas (planejadas), do *checklist* adaptado. Isso ocorreu por meio de visitas aos edifícios e coleta de dados projetuais, incluindo a observação direta de fluxos dos usuários, a identificação de barreiras arquitetônicas e o levantamento das dimensões de determinados elementos. Além disso, contribuíram para a pesquisa de campo as conversas com funcionários e usuários, os registros de comportamento, a documentação visual do espaço (fotografias ou vídeos) e a elaboração de croquis e/ou fluxogramas que auxiliassem na compreensão e análise dos ambientes.

Estudos de Caso

Casa de Dona Yayá – Centro de Preservação Cultural da USP

No medalhão presente na platibanda ornamentada da Casa de Dona Yayá (Figuras 2A e 2B), é possível identificar as letras J.G., que remetem ao nome de João Guerra, e ano de 1902, indicando a provável data de sua construção. Contudo, estudos arqueológicos apontam para a existência de um chalé de quatro cômodos do final do século XIX (187?), pertencente a José Maria Talon (CPC-USP, 2001). Em 1888, o imóvel foi adquirido por Afonso Augusto Roberto Milliet, que realizou reformas transformando-o em um casarão de treze cômodos, com fachada e interiores mais sofisticados. Posteriormente, João Guerra adquiriu o imóvel, sendo responsável pela inserção dos ornamentos de caráter clássico, e, em 1921, vendeu-o para Sebastiana de Mello Freire, conhecida como Yayá (CPC-USP, 2001).

A vida de Dona Yayá foi marcada por tragédias familiares, como a perda dos pais e do único irmão, tornando-a herdeira de uma considerável fortuna. Aos 30 anos, apresentou sinais de distúrbios emocionais, sendo diagnosticada com uma condição psiquiátrica – possivelmente esquizofrenia nos termos atuais – o que resultou em sua interdição judicial em 1920 (Rodrigues, 2017).

Com a aquisição do casarão, o imóvel sofreu alterações para atender às necessidades do tratamento domiciliar de Yayá, transformando-se em um sanatório privativo (Costa, 2017). Em 1950, novas reformas foram realizadas, incluindo a construção de um solário protegido. Após o falecimento de Yayá, sem herdeiros diretos, o imóvel foi incorporado ao patrimônio da Universidade de São Paulo em 1968 e, desde 2004, abriga o Centro de Preservação Cultural da USP. O bem foi tombado pelo Condephaat em 1998 e pelo Conpresp em 2002, salvaguardando todas as temporalidades da residência, que representa uma das formas como a sociedade compreendia e tratava a loucura durante a primeira metade do século XX.

A casa possui dois pavimentos: um porão alto, que abriga espaços de depósito, guarita de segurança e banheiros abertos ao público, e um pavimento elevado. Os espaços de reclusão de Yayá foram convertidos em áreas expositivas; seu banheiro foi preservado integralmente, incluindo o olho mágico utilizado para vigiá-la durante os banhos; o solário tornou-se uma espécie de “pátio interno”; o antigo salão de sociabilidade é agora uma sala para debates e palestras; o quarto da cuidadora, com uma pequena janela para comunicação com o quarto de Yayá, funciona como sala de reunião; os demais quartos e espaços femininos abrigam as áreas institucionais. Conta ainda com copa para funcionários, dois banheiros acessíveis e uma pequena edícula, localizada nos fundos do lote.

Museu Théo Brandão de Antropologia e Folclore da UFAL

Os primeiros registros históricos sobre a existência do imóvel datam de 1906, com base em um comprovante de cobrança do Imposto sobre a Taxa Sanitária (Ticianeli, 2020). Em 1908, o imóvel foi colocado à venda, sendo adquirido pelo comendador Eduardo Ferreira Santos, que realizou uma série de reparos no edifício no ano seguinte. Em 1917, com o falecimento do comendador, o imóvel é herdado por sua filha, Georgina Ferreira Santos, casada, desde 1910, com o médico Arthur Machado. O doutor foi o responsável por uma nova reforma no palacete, na qual foram acrescidas as varandas externas e a reconhecida cúpula mourisca. Não por acaso, o imóvel passou a ser conhecido como Palacete Arthur Machado (Figuras 2C e 2D).

Em 1962, o imóvel foi desapropriado pela União e cedido à Universidade Federal de Alagoas (UFAL), que instalou no endereço a Residência Universitária Feminina de Alagoas, onde permaneceu até 1976. Nesse ano, o imóvel foi destinado ao Museu Théo Brandão, criado em 1975 a partir de doação de acervo de folclorista homônimo (França & Sarmento, 2024).

O palacete foi tombado a nível estadual através do Decreto nº 5.302, de 9 de fevereiro de 1983. Em 1986, no entanto, o prédio foi considerado inseguro, o que resultou na transferência de seu acervo para o edifício da antiga reitoria da UFAL. O imóvel foi reaberto à comunidade apenas em 2002, após dois anos de obras de reestruturação e restauro, realizadas a partir do projeto das arquitetas Josemary Ferrare e Adriana Guimarães Duarte (FERRARE & DUARTE, 2017). Em 2020, essa última desenvolveu um novo projeto de restauro para o edifício, ano em que, devido à pandemia de COVID-19 e a problemas estruturais, o museu precisou ser fechado. Em fins de 2023, foi anunciado um projeto de restauração, modernização e ampliação com o objetivo de revitalizar o espaço em celebração ao seu cinquentenário (Almeida, 2023). No entanto, as obras ainda não foram iniciadas.

O palacete apresenta uma estrutura arquitetônica imponente, distribuída em três andares: um porão alto e dois pavimentos superiores. O porão, além de abrigar as áreas técnico-administrativas e jardins, abriga o hall de entrada, um miniauditório, biblioteca, espaço para pesquisa audiovisual e áreas interligadas para exposições temporárias. O primeiro pavimento é destinado a exposições de longa duração, distribuídas em seis salas, e conta também com um espaço destinado à loja. Este pavimento pode ser acessado de forma independente por uma escada frontal que se conecta diretamente à rua. O segundo piso é composto por três amplas salas de exposições e um terraço nos fundos. A circulação vertical é feita por escadas internas e externas e por uma plataforma elevatória que garante o acesso aos três níveis.

Figura 02: (A) Vista aérea da Casa de D. Yayá no Bixiga; (B) Atual acesso da Casa de D. Yayá; (C) Fachada principal do Museu Théo Brandão; (D) Vista lateral com a cúpula mourisca.



Fonte: (A) Acervo do Museu do Bixiga, s/d.; (B) Marcos Santos, 2017; (C) Jaim Oliveira, s/d.; (D) Arihel Marreiro, s/d.

Resultados

A **Casa de Dona Yayá**, localizada no bairro do Bixiga, em São Paulo, ocupa um terreno de esquina delimitado pelas ruas Jaceguai, Jardim Heloísa e Major Diogo, sendo esta última a principal via de acesso à residência. O passeio público que dá acesso à casa possui dimensões adequadas e está em bom estado de conservação, mas a presença de bueiros e o descarte frequente de lixo geram obstáculos, dificultando a circulação de pessoas com mobilidade reduzida. A calçada da Rua Jaceguai, no entanto, apresenta uma redução gradual de largura, dificultando o deslocamento de pedestres, especialmente na interseção com a Rua Jardim Heloísa.

O terreno da região, caracterizado por vales e encostas, soma-se à construção de um muro de arrimo, tornando o local pouco acessível e convidativo. Embora as esquinas entre as ruas Major Diogo e Jaceguai tenham sido reformadas com faixas de pedestres e guias rebaixadas, a ausência de dispositivos de acionamento e piso tátil direcional compromete a segurança e a orientação das pessoas com deficiência visual. O local não oferece informações táteis na entrada para pessoas com deficiência visual, apesar de ser sinalizado com placas.

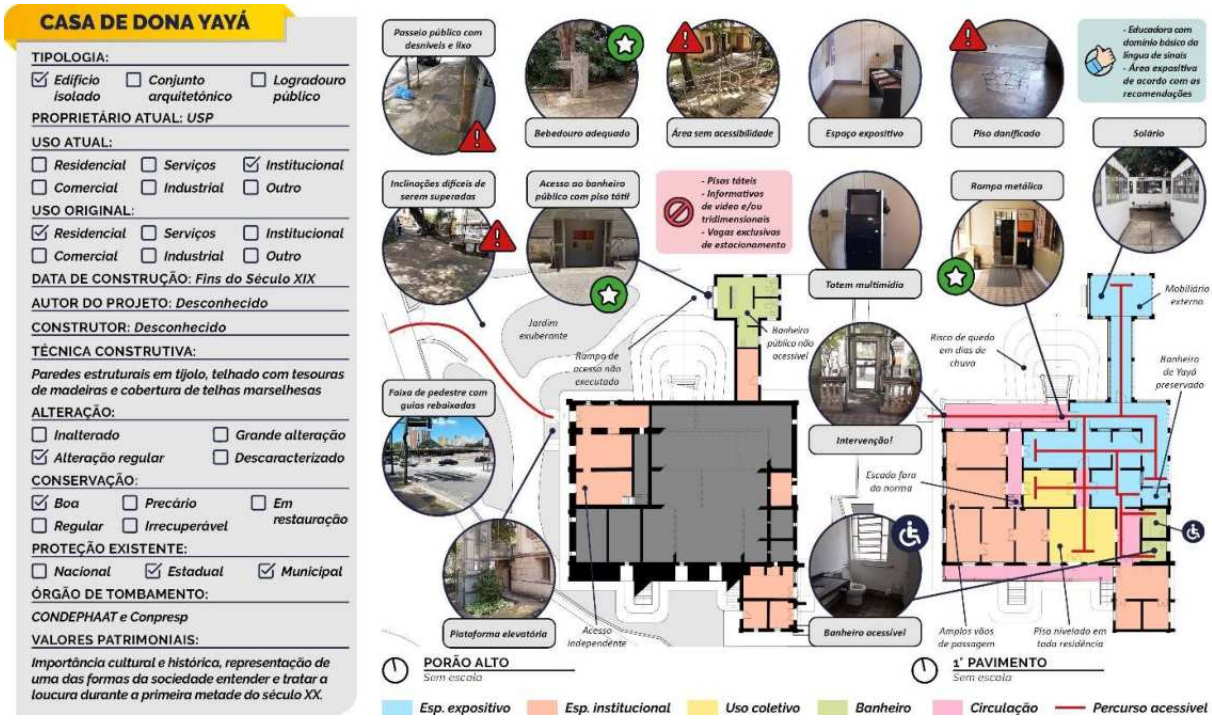
A casa dispõe de uma área ajardinada que proporciona sombra e conforto aos transeuntes, mas o risco de queda de frutos e galhos representa um perigo à circulação. Não há vagas exclusivas para pessoas com deficiência nas proximidades. Os espaços externos, com bancos para descanso e pisos antiderrapantes, necessitam de correção em alguns desníveis para garantir a acessibilidade, especialmente para cadeirantes. Além disso, a ausência de piso tátil direcional prejudica a orientação de pessoas com deficiência visual.

A escada de acesso está em conformidade com as dimensões recomendadas pela NBR 9050, exceto pela altura dos espelhos dos degraus. O revestimento em mármore aumenta o risco de acidentes, principalmente em dias chuvosos, devido à falta de material antiderrapante. Os corrimãos não atendem à altura estabelecida pela norma e a escada interna, de uso exclusivo dos

funcionários, não segue as diretrizes de acessibilidade. Os depósitos no porão, contudo, possuem acessos independentes ao nível do terreno. Foi instalada uma plataforma elevatória externa para garantir o acesso de cadeirantes sem comprometer as características históricas do edifício. Para viabilizar a instalação, foi necessário remover alguns balaústres, criando uma intervenção de fácil identificação. Uma rampa metálica texturizada foi construída para superar o desnível entre a varanda e o interior da casa, sendo uma solução que pode ser realocada. A casa não possui outras rampas significativas, exceto a do solário, que não conta com corrimãos.

No interior da casa, o piso foi nivelado durante a reforma, mas pequenas quebras e irregularidades podem causar acidentes. As portas possuem amplos vãos, permitindo a passagem de cadeirantes, mas as maçanetas estão acima da altura recomendada. Além disso, é necessário instalar mecanismos para evitar o fechamento brusco das portas e a fixação de capachos no piso. O imóvel carece de sinalização adequada, como piso tátil direcional e um mapa tátil para a orientação de pessoas com deficiência visual. Nos espaços expositivos, as pranchas estão fixadas dentro da faixa de acesso visual e as coleções estão dispostas em expositores horizontais, com boa iluminação, sem zonas de sombra ou reflexo, e distâncias de percepção adequadas. A presença de um totem multimídia contribui para a acessibilidade das exposições. A Figura 3 apresenta a ficha-síntese das análises realizadas na Casa de D. Yayá.

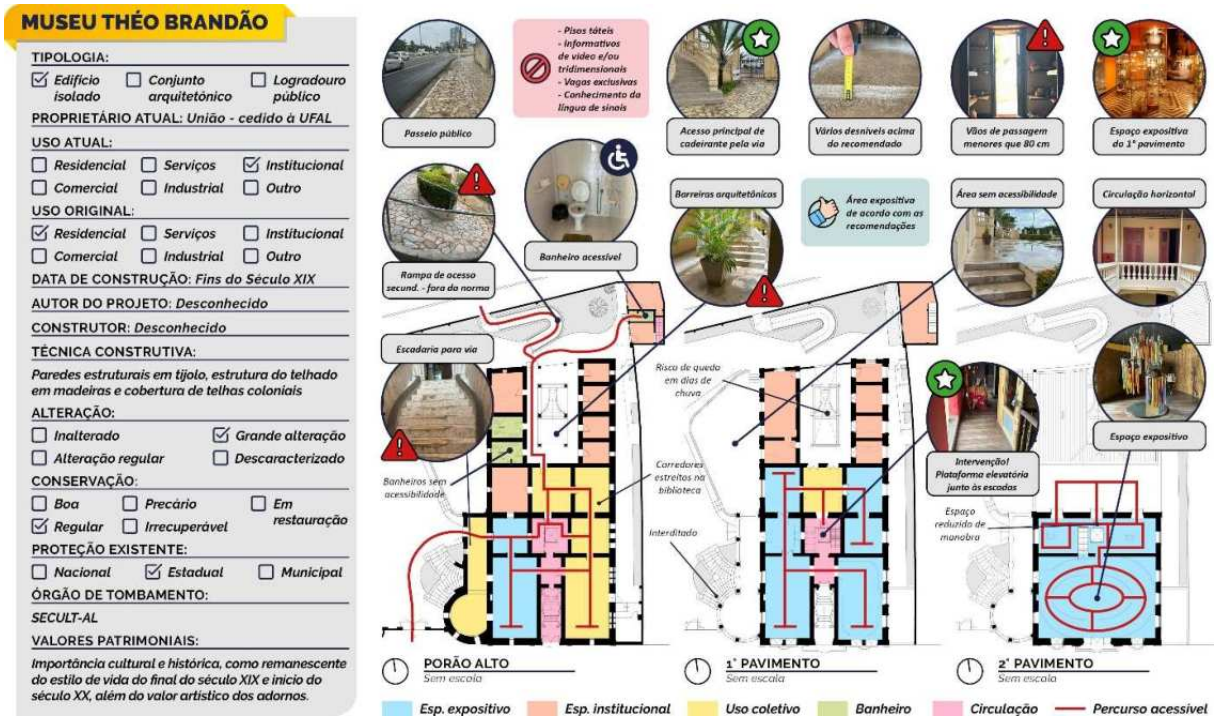
Figura 03: Ficha-síntese com as análises de acessibilidade da Casa de Dona Yayá.



Fonte: Elaboração nossa a partir de desenhos cedidos pelo Centro de Preservação Cultural da USP, 2025.

O **Museu Théo Brandão**, situado na Avenida da Paz, em Maceió, possui duas frentes: uma voltada para a avenida e a outra para a Rua Silvério Jorge. O passeio frontal tem aproximadamente 2,70 m de largura, e o traseiro, 2,30 m. Ambos os pisos são de pedra natural, mas apresentam irregularidades, pedras soltas e trechos esburacados, dificultando o deslocamento de pessoas com mobilidade reduzida. Na Avenida da Paz, as vagas de estacionamento estão do outro lado da via, não havendo vagas exclusivas para pessoas com deficiência. Embora o semáforo esteja presente em ambos os lados, não há botão de acionamento ou sinalização sonora. Além disso, as faixas de pedestres estão desalinhadas, obrigando os pedestres a atravessar a faixa de veículos para completar a travessia. A Figura 4 condensa as análises feitas no Museu Théo Brandão.

Figura 04: Ficha-síntese com as análises de acessibilidade da Museu Théo Brandão.



Fonte: Elaboração nossa a partir de desenhos cedido pelo Museu Théo Brandão, 2025.

Ao analisar o entorno do museu e as rotas acessíveis, observa-se que, apesar de a calçada estar mais baixa que o nível da rua em alguns pontos, não há rampas ou passagens que permitam o deslocamento autônomo de pessoas com mobilidade reduzida. A entrada principal do museu, com 1,90 m de largura, é seguida por uma escada de 12 degraus com corrimão em balaustrada. O acesso para pessoas com deficiência é feito pelo pátio lateral ou pelos fundos do museu. O acesso mais próximo à plataforma elevatória se dá por uma porta lateral de 1,00 m de largura, alcançada por um caminho de pedras irregulares. A plataforma elevatória, que atende aos três

andares do museu, é limitada em termos de dimensões, permitindo apenas o transporte de uma pessoa por vez, seja em pé ou em cadeira de rodas. O edifício não dispõe de sinalização adequada para emergências, o que compromete a segurança de visitantes com deficiência auditiva ou visual. A ausência de piso tátil direcional e sinalização em braile dificulta a autonomia de pessoas com deficiência visual.

A escada externa termina em um pequeno pátio aos fundos da construção, que é cercado por um degrau de aproximadamente 30 cm de altura, sem alternativas viáveis para cadeirantes. Além disso, os espelhos dos degraus dessa escada são irregulares, com alturas superiores a 20 cm. Embora a plataforma elevatória atenda a uma grande parte das necessidades de acessibilidade, a falta de sinalização adequada e as barreiras físicas presentes no museu comprometem a plena acessibilidade ao espaço, dificultando o acesso inclusivo e a fruição total do museu.

Conclusões

O estudo comparativo entre a Casa de Dona Yayá e o Museu Théo Brandão mostrou que, embora ambos os casos tenham adotado medidas de acessibilidade, ainda existem desafios significativos a serem superados. Os casos analisados ressaltam a complexidade de conciliar a preservação do patrimônio histórico com as exigências de acessibilidade, reforçando a necessidade de intervenções reversíveis e compatíveis com a identidade dos edifícios. Além disso, soluções menos invasivas geralmente demandam manutenção frequente, o que pode onerar os proprietários.

Observou-se também a tendência de restringir a acessibilidade às necessidades de pessoas com mobilidade reduzida ou cadeirantes. No entanto, a acessibilidade deve considerar, além das deficiências físico-motoras, as sensoriais (visual, auditiva e de orientação/equilíbrio), cognitivas e múltiplas. Apenas soluções que abranjam todas essas dimensões garantirão a acessibilidade universal. O estudo destaca a importância do diálogo entre especialistas em acessibilidade e preservação patrimonial para tornar os espaços culturais inclusivos sem comprometer sua autenticidade histórica. Nesse contexto, a preservação do patrimônio edificado está diretamente ligada ao seu uso contínuo, e a acessibilidade é um fator essencial para essa utilização. Além de contribuir para a análise da acessibilidade nos edifícios estudados, o trabalho amplia a discussão sobre o tema em âmbito nacional. A aplicação da metodologia em diferentes estados permite compreender melhor os desafios e potencialidades da acessibilidade em edificações tombadas, fortalecendo o debate sobre soluções viáveis e eficazes.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, E. **Projeto prevê a restauração e a reestruturação do Museu Théo Brandão**. In.: UFAL. Saber UFAL. Alagoas, 2023, v. 4 n° 2, pp. 80 – 83.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). **ABNT NBR9050:2020 - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro: ABNT, 2020.

BARROS, M. F. Museu do Ipiranga: um prédio secular que projeta acessibilidade e inclusão. **Jornal da USP**, São Paulo, set. de 2022. Disponível em: <https://jornal.usp.br/universidade/museu-do-ipiranga-um-predio-secular-que-projeta-acessibilidade-e-inclusao/>. Acesso em fevereiro de 2025.

COHEN, R. *et al.* **Acessibilidade a Museus**. Brasília, DF: MinC/Ibram. 2012.

CPC-USP. ***A Casa de Dona Yayá***. 2° Ed. São Paulo: Edusp; IMESP, 2001.

COSTA, S. S. F. **A Casa de Dona Yayá: registro de suas domesticidades no Centro de Preservação Cultural da USP**. In.: CPC-USP. Domesticidade, gênero e cultura material. São Paulo: EDUSP, 2017, pp. 95 – 112.

DISCHINGER, M. *et al.* **Promovendo acessibilidade espacial nos edifícios públicos**. 1° Ed. Florianópolis: MPSC, 2014.

FERRARE, J. O. P; DUARTE, A. G. **Museu Theo Brandão - prédio & projeto: partes de uma história restaurada**. 1° Ed. Maceió: Edufal, 2017.

FRANÇA, J.; SARMENTO, T. S. Os conflitos entre o público e o privativo em edificações museais tombadas: um estudo de caso do Museu Théo Brandão, Alagoas. In.: **Anais do X ENEAC e XI Seminário Brasileiro de Acessibilidade Integral**. Maceió: 2024, v. 12, n. 5.

H+F. Site do escritório. **Museu do Ipiranga**, São Paulo, 202?. Disponível em: <https://hf.arq.br/projeto/museu-paulista/>. Acesso em fevereiro de 2025.

RODRIGUES, M. **Nas casas 37, personagem e domesticidades**. In.: CPC-USP. Domesticidade, gênero e cultura material. São Paulo: EDUSP, 2017, pp. 75 – 94.

TICIANELI, E. Museu Théo Brandão e o Palacete Boaventura de Amorim. **História de Alagoas**, Alagoas, set. de 2020. Disponível em: <https://www.historiadealagoas.com.br/museu-theo-brandao-e-o-palacete-boaventura-de-amorim.html? >. Acesso em fevereiro de 2025.

Agradecimentos

Às diretoras Flávia Brito do Nascimento (CPC-USP) e Hildenia Oliveira (Museu Theo Brandão) pelo apoio e autorização, ao Gabriel Fernandes, do CPC-USP, e aos demais colaboradores.